

Diagnóstico: uma aproximação do meio real

Embrapa

Roraima

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministério da Agricultura e do Abastecimento

Ministro
Arlindo Porto

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Diretor-Presidente
Alberto Duque Portugal

Diretores
Dante Daniel Giacomeli Scolari
Elza Ângela Battaglia Brito da Cunha
José Roberto Rodrigues Peres

Centro de Pesquisa Agroflorestal de Roraima

Chefe Geral: Daniel Gianluppi
Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento: Wellington Costa
Rodrigues do Ó

Chefe Adjunto de Apoio Técnico: Ramayana Menezes Braga

Chefe Adjunto Administrativo: Rosivalda Duarte

DOCUMENTO Nº 2

ISSN 0101 - 9805
Novembro 1998

Diagnóstico: uma aproximação do meio real

Suênia Cibeli Ramos de Almeida



Roraima

Embrapa Roraima. Documentos, 2.
Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Roraima
Rod. BR-174 Km 08 - Distrito Industrial Boa Vista-RR
Caixa Postal 133
69301-970 - Boa Vista - RR
Telefax: (095) 626.7125
e_mail: bib@cpafrr.embrapa.br

Comitê de publicações:

Haron Habraim Magalhães Xaud (presidente)
Cássia Cristine Caliari
Geraldo Costa Nogueira Filho
Jane Maria Franco de Oliveira
José Oscar Lustosa de Oliveira Júnior

Editoração: Maria Lucilene Dantas de Matos

Normalização Bibliográfica: Maria José Borges Padilha

ALMEIDA, S. C. R. de; Diagnóstico: uma aproximação do meio real. Boa Vista: Embrapa Roraima, 1998. 10p. (Embrapa Roraima. Documentos,2).

ISSN: 0101-9805

1. Pequeno produtor. 2. Agricultura familiar. 3. Organização social. 3. Política Agrícola. I. Embrapa - Centro de Pesquisa Agroflorestal de Roraima (Boa Vista,RR). II. Título. III. Série.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Da idéia de diagnóstico.....	6
3. O relevante participativo.....	8
4. Possibilitando a participação.....	9
5. Alguns instrumentos de análise.....	10
6. Reflexões e críticas.....	15
Referências Bibliográficas.....	18

Diagnóstico: uma aproximação do meio real

Suênia Cibeli Ramos de Almeida¹

1. Introdução

O enfoque que predominava nos projetos de desenvolvimento rural, até bem pouco tempo, concebia os agricultores como indivíduos despossuídos das capacidades de identificar, analisar e propor respostas para os seus problemas, necessitando portanto, de agentes externos que assumissem tais responsabilidades.

Atualmente o questionamento desta postura obriga que o trabalho dos técnicos, pesquisadores e agentes de desenvolvimento envolvidos com a problemática rural, pressuponha o conhecer a realidade na qual deseja-se atuar. Uma das formas de alcançar tal objetivo é através da elaboração de um diagnóstico. Esta prática, vem sendo bastante difundida nas instituições que direcionam suas atividades para o setor agrícola, especialmente, quando trabalham com a pequena produção. O diagnóstico tornou-se um instrumento privilegiado para a aproximação e intervenção em uma dada realidade.

O tipo de levantamento de informações do qual fazemos referência é aquele que se popularizou com o nome de Diagnóstico Rápido Rural (DRR), ou ainda, Avaliação Rápida Rural (ARR), conceito desenvolvido inicialmente por Conway (1987) citado por ALMEIDA (1992), e que foi acrescido do

¹ Engenheira Agrônoma, M.Sc Extensão Rural, Embrapa Roraima.

aspecto participativo, incorporando assim nova denominação: Avaliação Rural Participativa. Outras variantes desta mesma metodologia encontra-se sendo desenvolvida por outras instituições, como é o caso da organização não-governamental AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) que vem trabalhando na elaboração de uma metodologia denominada Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas, desenvolvido a partir de suas experiências (WEID, 1991).

A prática deste tipo de diagnóstico não é consenso entre os sujeitos que atuam no desenvolvimento rural, não apenas por ter sido pensado no primeiro mundo para aplicação no terceiro mas, pela sua própria filosofia.

O presente texto pretende apresentar algumas leituras a cerca da prática de Diagnóstico Rápido Participativo, incluindo alguns comentários dos limites deste tipo de investigação do real.

2. Da idéia de diagnóstico

Segundo ALMEIDA (1992), o diagnóstico denominado Avaliação Rápida Rural (ARR) originou-se das metodologias produzidas no campo da antropologia social, das ciências etnográficas e sociais, buscando reduzir o tempo utilizado nas pesquisas convencionais levadas a cabo pelos pesquisadores destas áreas bem como, diminuir seus custos. Nesta direção, a ênfase desta encontra-se assentada na eficiência dos custos e na rapidez na obtenção das informações.

Essa metodologia, ganhou corpo e vida nas experiências desencadeadas nos estudos sobre a utilização de recursos naturais e meio ambiente, nos projetos comunitários de saúde, nutrição e sistemas agrícolas; todas essas apoiadas no compromisso dos profissionais aí envolvidos.

Os profissionais interessados no desenvolvimento de uma metodologia com este enfoque, questionavam os métodos

convencionais de abordar a realidade uma vez que possuem um forte componente quantitativo, o que obriga um trabalho extenso de coleta de dados, procurando responder a questão da representatividade das informações aí geradas, consequentemente, produzindo, na maioria das vezes, um conhecimento dos técnicos e não da interação dos diferentes saberes envolvidos. Na realidade o objetivo deste novo método era gerar uma informação qualitativa, no sentido de ter algum significado para os sujeitos interessados no processo e, acima de tudo, que esta informação fosse fruto da interação das percepções desses sujeitos.

A avaliação rápida rural foi produzido com o intuito de gerar ações concretas e imediatas na implementação, monitoramento e avaliação de projetos, sendo essencialmente uma técnica de pesquisa aplicada. Neste sentido, ele pretende ser eficiente em termos de custos financeiros e tempo; produzido e conduzido por uma equipe multidisciplinar, para que possa dar conta da complexidade do real; um conjunto de informações relevantes, atuais, exatas e de uso imediato. Para dar conta de tais premissas, de acordo com CONWAY (1987), citado por ALMEIDA (1992), definiu-se a ARR como: .

"uma atividade sistemática, mas semi-estruturada, realizada no campo por uma equipe multidisciplinar com o objetivo de obter rapidamente novas informações ou avançar novas hipóteses sobre a vida rural."

Esta metodologia foi bastante utilizada na década de 80 e divulgado por CHAMBERS e CONWAY (1993).

3. O relevante participativo

Inicialmente a metodologia do diagnóstico, se assim podemos chamar, foi elaborada e aplicada basicamente por técnicos, pesquisadores e agentes de desenvolvimento, tendo os agricultores desempenhado o papel de meros informantes.

Com o tempo e a experiência acumulada, a participação popular foi possibilitada, em grande parte, pela constatação de que as soluções para os problemas encontram-se na própria localidade e é da interação das diferentes percepções que ocorrerá a sua promoção, uma vez que estes são aí gestados em razão de seus interesses. Portanto, tanto a identificação quanto a resolução destes deverão estar pautadas no ponto de vista dos diferentes setores da comunidade, incluindo os sujeitos externos aí inseridos.

Assim, novas experiências foram gestadas entre elas, o que hoje conhecemos como Avaliação Rural Participativa, tendo forte influência do método de Diagnóstico Rápido Rural.

As novas metodologias que vem sendo propostas tem como princípio, a participação dos sujeitos como ingrediente fundamental no planejamento, execução, controle e avaliação dos projetos. Isto porque, explicam, cada comunidade tem uma herança de experiência e conhecimento que influe em suas atitudes e seu comportamento.

Algumas experiências no Brasil caminham nesta direção como é o caso da metodologia desenvolvida pela ONG AS-PTA, que também corrobora afirmando: "o aspecto participativo adquiriu uma função primordial, quer para o conhecimento da situação, quer para os desdobramentos futuros da intervenção" (WEID, 1992).

Acredita-se que todas essas metodologias são métodos que irão dar o aporte necessário a qualquer projeto de desenvolvimento rural, sendo as que mais profundamente se inscrevem no âmbito social local, quer dizer, na comunidade, com toda a diversidade de seus sujeitos componentes, pois

são elas que tentam catalisar o interesse comunitário. E logicamente, só terá êxito quando houver um real interesse do agricultor e de sua família em participar.

O desenvolvimento desta metodologia pressupõe que sejam levados em consideração os princípios da pesquisa participativa e o enfoque sistêmico, afim de reconhecer o saber local, articulando-o a uma visão compreensiva e crítica dos participantes, procurando responder a aspectos mais qualitativos que quantitativos.

Estas metodologias trazem consigo um conjunto de instrumentos, acredita-se, facilitadores e promotores no processo de participação popular.

4. Possibilitando a participação

A realização de qualquer investigação que envolva atores sociais num determinado contexto comum, necessariamente deverá respeitar o desejo de sua realização para que o envolvimento e compromisso de todos possibilitem sua real participação.

A ARP preconiza que a equipe do diagnóstico deverá ser composta por membros da comunidade, procurando contemplar a diversidade humana encontrada numa dada realidade, levando em consideração as diferenças sócio-econômicas e culturais; a idade; o gênero, etc. Chama atenção em especial para a questão do balanço de gênero, que é um dos itens mais importantes na composição da equipe do diagnóstico, posto que homens e mulheres percebem e relacionam fatos e idéias de modo diferente, além de aprimorar a qualidade da informação, pois algumas dessas podem ser omitidas em função do sexo do seu interlocutor.

Para que os sujeitos possam não só tomar conhecimento mas, efetivamente, construir em conjunto o processo de avaliação, é fundamental a realização de reuniões

prévias e assembléias para que esta composição seja concretizada.

Como é uma metodologia que possibilita a realização da pesquisa aplicada, é importante concentrar esforços na obtenção de informações que resgatem as experiências dos problemas e necessidades locais, dentro de um processo de transformação no tempo e no espaço, buscando encontrar caminhos alternativos para a sua resolução juntos, comunidade e atores externos.

A construção de uma equipe multidisciplinar não é um processo simples mas que depende do esforço de todos para torná-lo prazeroso e produtivo. ALMEIDA (1992), ressalta que a equipe multidisciplinar deve ser composta por profissionais de diferentes áreas e, que tenham conhecimento funcional das demais envolvidas, e estar atenta para respeitar os limites de cada áreas destas sem a necessidade de defender a sua.

5. Alguns instrumentos de análise

Partimos do pressuposto que qualquer instrumento de análise de uma realidade deverá privilegiar e partir das informações que a comunidade considera relevante. Mas, todo o conhecimento daí decorrente terá uma forte presença do olhar que estes atores tem sobre a realidade vivida.

Quaisquer que sejam as técnicas e/ou instrumentos escolhidos para a realização da pesquisa de campo, as atividades de observar, dialogar e registrar darão a base para a formulação e produção de novos conhecimentos. Desta forma, todos os outros caminhos são os facilitadores para a condução deste processo.

Ao trabalhar com uma equipe tão heterogênea quanto a que se propõe na realização de um diagnóstico rural participativo, é necessário uma preparação mínima, principalmente, do ponto de vista metodológico, de todos os membros que farão parte do processo.

Os autores (ALMEIDA, 1992; WEID, 1991), recomendam a aquisição do máximo de informações sobre a comunidade onde se dará a avaliação, bem como estabelecer interação com as lideranças locais e autoridades, procurando, antes de qualquer iniciativa, expor para os membros da comunidade, em uma assembléia/reunião, a idéia do diagnóstico e, mesmo neste primeiro momento, buscar consolidar compromissos e responsabilidades entre os técnicos e a comunidade.

A realização de um diagnóstico deve primar pela utilização de fontes diversas para assegurar uma recolção compreensível de informação: informações secundárias, publicadas ou não; fotografias aéreas e fotos de satélite; observação direta de eventos e processos, relações entre as pessoas, etc.

O Grupo de Estudios Ambientales (1993), propõe para a coleta de informações no campo, mapas e transectos, os esquemas de cultivo, cronologia, linhas de tendência, calendários estacionais, e ainda as assembléias da comunidade. A seguir apresentamos o que cada um desses instrumentos poderá aportar na condução de um trabalho como este. Os três primeiros instrumentos propostos mostra a ocupação no espaço, no momento atual.

1. Mapas esquemáticos: mostram onde se localizam os recursos, as atividades, os problemas e as oportunidades. Recolhem informações topográficas básicas, podendo ser desenhados mapas regionais e da comunidade.
2. Transectos: são travessias ao longo da comunidade para captar e representar a maior diversidade de ecossistemas, usos do solo, etc., resumindo as condições locais, os problemas e as oportunidades. Este tipo de técnica procura detalhar as interações entre o meio ambiente e as atividades humanas.

3. Esquema de cultivo: mostrar como cada família (selecionada) maneja o seu espaço, desde os cultivos até as suas construções.

Na análise das relações temporais é que se dá a reconstrução da evolução das explorações, a qual permite observar o processo dinâmico vivenciado pela comunidade. São estes instrumentos que aportam informações a cerca das interações no tempo dos diferentes fatores que definem a situação temporal.

1. Cronologia: lista de eventos chave na história da comunidade, que ajuda a identificar as tendências, problemas e avanços vivenciados. Permite reconstruir a história da comunidade no decorrer do tempo, estando aí incluídos os problemas enfrentados, solucionados e fracassados, o que permite a compreensão da realidade atual.
2. Linhas de tendência: enfoca as principais mudanças ocorridas no tempo, tanto negativas quanto positivas.
3. Calendário estacional: trata de estabelecer os padrões regulares de atividades e sucessos cíclicos ao longo do período de 12 a 18 meses.

Estes instrumentos podem e devem ser construídos nos espaços das reuniões ou nas discussões nos grupos onde há a possibilidade de discussão e afloramento de pontos de vista diferenciados, ou ainda, o consenso sobre o mesmo tema.

Considerada uma das mais importantes atividades dentro de um diagnóstico, visto que procura obter informações socioeconômicas da diversidade de unidades familiares para que se possa entender a amplitude de variações entre estas, a entrevista, amplia, aprofunda e enriquece a análise das informações coletadas nos demais instrumentos. Há um consenso entre os autores consultados no que tange a

elaboração de entrevistas semi-estruturadas, estruturadas por temas ou ainda, um roteiro.

Estas entrevistas geralmente são realizadas através de visitas às unidades familiares. É importante ressaltar que na escolha destas unidades, deve-se levar em consideração a diversidade geocológica e humana - esta última, implica em formas diversas de manejar espaços individualizados – como também, a discussão com a comunidade.

WEID (1991) relata que na experiência vivenciada pela AS-PTA, as entrevistas são realizadas geralmente com as lideranças sindicais e informantes qualificados - que são agricultores representativos de uma região que tem bom conhecimento da área - indicados pelo sindicato e agricultores da comunidade.

O ideal é que a análise das informações coletadas seja constantemente realizada durante o processo do diagnóstico, pois isto ajudará na identificação de informações incompletas, ou ainda, de dúvidas que poderão ser esclarecidas neste período.

No entanto, existe um momento específico onde o todo comunitário participa, e acreditamos que a melhor forma de socializar a discussão seja através da exposição inicial à comunidade pelo grupo que organizou e executou o diagnóstico (restituição), possibilitando assim o diálogo. A partir daí, dá-se a reconstrução do mesmo, pois será discutido, aprofundado, revisado, corrigido e aprovado pela comunidade nesta assembléia. É nesta também que a comunidade traçará, conjuntamente com os especialistas e técnicos, a melhor maneira para solucionar seus problemas.

Algumas técnicas são sugeridas pelo Grupo de Estudios Ambientales (1993), e que, ajudam na condução desta atividade, as quais denominam de métodos de priorização, são eles: prioridade por pares, onde destacam-se os problemas e as oportunidades para solucioná-los; valorização de opções, onde destacam-se as oportunidades e as opções. As opções representam níveis de impacto na resolução do problema. Há

ainda a priorização por votos, que na análise desse Grupo, não permite uma análise aprofundada da problemática.

Qualquer plano comunitário fruto deste trabalho deverá prever estudos mais aprofundados principalmente, àqueles que dizem respeito à utilização dos recursos naturais, necessitando por isso de um diagnóstico ambiental que indique as conseqüências das tendências de desenvolvimento identificadas e a ponderação de oportunidades para elaboração de projetos de melhoramento ambiental.

6. Reflexões e críticas

A filosofia do diagnóstico rápido rural (DRR), foi difundida no contexto histórico onde os recursos financeiros para o financiamento de projetos comunitários nos países periféricos, diminuía. Isto possibilitou que fosse tomado como o instrumento catalisador da autogestão através da discussão sobre a potencialidade do uso dos recursos sociais, econômicos e materiais dos pobres. Assim, a assistência externa, tanto a técnica quanto a financeira, teria um papel complementar ao uso de recursos locais, como o conhecimento tradicional, as contribuições econômicas ou de mão-de-obra.

Uma das principais deficiências deste método relaciona-se com a questão da exigência quanto à sua duração, isto porque o contato com qualquer comunidade exige tempo e intensidade, para que se possa estabelecer minimamente a empatia entre os sujeitos. Além disso, dependendo da perspectiva deste diagnóstico, pode-se "falsear" tanto as realidades encontradas quanto o conhecimento e interpretação dela decorrente.

SALES (s.n.t.), afirma que a prática de diagnóstico que toma os agricultores como carentes, jamais possibilitará a participação destes, uma vez que nega o papel social desempenhado por eles na produção e transformação da

sociedade pois, o que procuram é justamente o que falta na comunidade, não conseguindo perceber as potencialidades físicas, intelectuais, culturais, morais e espirituais aí presentes.

A infraestrutura básica dos serviços de saúde, instrução, habitação, transporte, lazer, etc., é um direito de todo trabalhador e fruto da própria produção e transformação da sociedade. Visto dessa forma, o que é importante compreender é o funcionamento da sociedade na qual estas comunidades se inserem e de como se processa a distribuição do poder entre os agentes que a constróem, quer dizer, a origem dos problemas localiza-se no modo de organizar a produção e transformação da sociedade e não em um determinado grupo.

Desta forma SALES (s.n.t.), conclui:

"Quando se age pensando em pobreza cultural, tradicionalismo, consciência crítica, fatalismo, atraso, etc., fica difícil viver a riqueza e densidade do modo de vida e de organização do pequeno produtor rural. O diagnóstico de carências revelando só pobreza e atraso, tenta impedir a aliança nas estratégias de sobrevivência e afirmação social do pequeno produtor."

A reflexão de ALMEIDA (1992) vem corroborar esta análise, afirmando que o limitante deste tipo de investigação seria justamente a não visibilidade das relações sociais aí presentes tais como, relações patrão-trabalhador, os conflitos, a organização informal, as normas, o salário, o processo de decisão, entre outras.

Na realidade, a concepção de carentes produz uma prática de gratidão eterna à ajuda externa recebida. Na análise de SALES (s.n.t.) tanto a perspectiva de carentes quanto a realização de um diagnóstico visando a atuação, carrega consigo uma visão retorcida da realidade. Propõe então, um caminho onde a atuação seja uma tentativa constante de

aproximação de dimensões mais profundas dos problemas em questão, procurando dar conta das leis de gestação, transformação e superação dos problemas.

A maioria dos profissionais não foi preparado conceitualmente e metodologicamente para compreender e administrar o “todo” do problema. O paradigma do crescimento econômico segmentou sua concepção da realidade. Em consequência, a formação disciplinar disseminou a necessidade de análise sem requerer uma explicação da estrutura e funcionamento do conjunto técnico, econômico e social. Neste contexto, nossas instituições produziram e difundiram informação técnico-científica sem preocupar-se fundamentalmente com as condições reais do substrato econômico e social que deveria absorvê-la. Por essa razão não se priorizou a síntese final e as propostas de intervenção (linhas de ação para sujeitos sociais específicos).

Um plano de desenvolvimento não poderá estar calcado apenas neste tipo de diagnóstico, ele serve como base de informações aproximativas, um primeiro olhar sobre uma realidade, fornecendo assim subsídios para estudos aprofundados nas diversas áreas do conhecimento que formam bases concretas na formulação de programas e projetos na perspectiva apontada por este autor.

Ainda, seria ilusão imaginar que atividades como estas constroem relações dialógicas entre instituições e comunidades rurais, principalmente quando coexistem culturas tão diversificadas quanto as da região amazônica.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J.A. A técnica da avaliação rural rápida (ARR) para projetos de desenvolvimento rural. Revista Ciência Rural, v.22, n.3, p.353-357, 1992.
- BATIRT, C.; BEAN, C.; BARRET, P. Desarrollo rural en América Latina: la experiencia de algunas organizaciones no gubernamentales. México: GEA, A.C. / GEYSER, 1990. p.69-122.
- GASTAL, M.L.; ZOBY, J.L.F.; PANIAGO JÚNIOR, E.; MARZIN J.; XAVIER, J.H.V.; SOUZA, G.L.C. de; PEREIRA, E.A.; KALMS, J.M.; BONNAL, P. Proposta metodológica de transferência de tecnologia para promover o desenvolvimento. ed. rev. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1993. 41p. (EMBRAPA-CPAC. Documentos, 51).
- GRUPO DE ESTUDIOS AMBIENTALES. El proceso de evaluación rural participativa una propuesta metodológica. México: Instituto de los Recursos Mundiales / GEA, A.C., 1993. 103p. (Cuaderno, 1)
- FERRARI, E. A. Aplicação do DRPA na Zona da Mata. Alternativas Cadernos de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, p.32-35, 1992.
- SALES, I.C.; FERRO, J.A.S.; CARVALHO, M.N.C. Metodologia de aprendizagem da participação e de organização de pequenos produtores. s.n.t.
- WEID, J.V. Roteiro do diagnóstico rápido participativo de agroecossistemas (DRPA). Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 33p. (versão preliminar). Mimeografado.
- WEID, J.V. Diagnósticos rápidos participativos de agroecossistemas (DRPA). Alternativas Cadernos de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, p.30-31, 1992.